

# Relações internacionais, questão agrária e escravidão colonial: o embate entre sistemas econômicos na Guerra Civil dos Estados Unidos pela ótica de Marx e de Engels

*International relations, agrarian question and colonial slavery: the clash between economic systems in the US Civil War from the perspective of Marx and Engels*

**Luiz Felipe Osório\***

## Resumo

O século XIX marcou o momento de consolidação do capitalismo em âmbito mundial. Muitas transformações ocorreram. Nas ex-colônias americanas, a contradição e os conflitos estavam ainda mais evidentes. Sobretudo, nos Estados Unidos, em plena expansão espacial e em disputa das novas terras pelos sistemas econômicos em curso. A incompatibilidade de convivência entre eles levou à guerra civil, que foi responsável por paradigmáticas mudanças revolucionárias, reverberando impactos por todo o globo daquele momento em diante. O progressismo das lutas chamou a atenção de Marx e Engels que se debruçaram sobre o tema a partir de análises que aplicam o método materialista histórico e dialético, em um desenvolvimento de concepções teóricas que vai desaguar na obra magna *O capital*. Com base nessas ideias, o texto irá apontar a centralidade da questão agrária e do escravismo colonial em meio à dinâmica das relações internacionais que embasam as discussões dos autores.

**Palavras-chave:** terra; guerra; política internacional; escravidão; capitalismo

## Abstract

The XIX century stretched the moment of consolidation of capitalism worldwide. Many transformations have taken place. In the former American colonies, the contradiction and conflicts were even more evident. Above all, in the United States, in full spatial expansion and in dispute over the new lands for the current economic systems. The incompatibility of coexistence between them led to civil war, which was responsible for paradigmatic revolutionary changes, reverberating impacts across the globe from that moment on. The progressivism of these social struggles caught the attention of Marx and Engels, who focused on the subject based on analyzes that apply the historical and dialectical materialist method, in a development of theoretical concepts that will flow into the book *Capital*. Based on these ideas, the text will point out the centrality of the agrarian question and colonial slavery in the midst of the dynamics of international relations that fosters the authors' discussions.

**Keywords:** land; war; international politics; slavery; capitalism

---

\* Professor de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). E-mail: luizfelipe.osorio@gmail.com

## **Introdução**

A percepção do modo de produção como um elemento histórico e concreto a partir do método materialista histórico e dialético permite sistematizar a trajetória do sistema internacional em determinados momentos. Forjado pela projeção europeia sobre o mundo, o sistema que temos hoje vai sendo constituído em maior ou menor medida desde a Idade Antiga, fundamentalmente nos Impérios Grego e Romano, baseados no trabalho escravo. Ele consolida-se com a Idade Média e o feudalismo da Europa Ocidental e expande-se pela Idade Moderna com a colonização americana e a escravidão colonial até finalizar a transição ao modo de produção capitalista na Idade Contemporânea. Após se alastrar pela Europa, o capitalismo vai gradativamente transbordando para toda a circunferência do globo. Nesse processo, repleto de avanços, retrocessos e contradições, houve importantes pontos de interseção e de conflito entre o velho e o novo. Interregnos de inflexão que marcaram tendências e mudaram os rumos da história.

Nesse sentido, cabe aqui apontar um período central e decisivo na consolidação e expansão do capitalismo pelo mundo, que foi a Guerra Civil dos Estados Unidos, que ocorreu entre os anos de 1861 e 1865. Podemos elencar uma série de fatores que conferem a esse evento toda sua particularidade e centralidade nas relações internacionais contemporâneas. Dentre os vários aspectos, a questão agrária emerge como um eixo crucial para a compreensão e análise do desenvolvimento do capitalismo e, conseqüentemente, das lutas sociais. Até porque ela se desdobra para a emancipação social e a abolição da escravidão.

Dada a importância dos prismas envolvidos nesse grande acontecimento, muitas análises se debruçaram sobre ele. daquelas de maior destaque, nos dedicaremos a discutir os debates promovidos por Karl Marx e Friedrich Engels sobre a Guerra Civil dos Estados Unidos. Os alemães, conhecidos por fazer a anatomia da sociabilidade capitalista a partir da crítica à economia política, voltaram-se para a questão americana em meio ao calor dos acontecimentos para compreender e destrinchar os elementos estruturais e conjunturais imersos no assunto. Ambos fizeram suas análises, cada qual conforme sua especialidade, relacionando o conflito nos Estados Unidos com os movimentos por todo o globo, demonstrando estarem inscritos na história também como analistas das relações internacionais.

Como o debate da expansão do capitalismo pelo mundo denota a capacidade de discussão do aspecto internacional, Marx e Engels, utilizando seu método, em um momento crucial de suas vidas e da história do mundo, pois anos depois será publicado o primeiro volume de *O Capital*, o ápice da obra marxiana, usam o conflito para aplicar ao caso concreto sua teorização sobre o capitalismo em uma empreitada muito exitosa, franqueando ao público argutas análises sobre todo o processo e sobre seus desdobramentos futuros, considerando que a guerra civil foi um ponto de inflexão na trajetória local, projetando os Estados Unidos entre as grandes potências mundiais em meados do século XX.

Logo, este artigo ambiciona apresentar e debater as visões de Marx e Engels sobre a Guerra Civil dos Estados Unidos, enfatizando a questão agrária, o escravismo colonial e todos os seus desdobramentos gerados para a consolidação e expansão do modo de produção capitalista pelo mundo. Para isso, o texto estrutura-se em três se-

ções, sendo que a primeira trará a contextualização do conflito em meio à política internacional da época, a segunda abordará a questão da terra e da escravidão no conflito, e a terceira discutirá os desdobramentos da guerra. Por fim, considerações finais encerrarão o trabalho não com o intuito de esgotar o tema, mas, sim, de apresentar e estimular mais desenvolvimentos acerca das análises de Marx e Engels sobre relações internacionais.

### **1. O panorama do sistema internacional em meados do século XIX**

O sistema capitalista de Estados não é algo dado, mas construído historicamente, mesmo antes até da própria consolidação do capitalismo. É, no entanto, o modo de produção que confere a ele o conteúdo e o molde como nós o conhecemos atualmente. Ou seja, o processo de centralização e unificação de territórios em torno de uma coroa local permite aos europeus a expansão para a América, impulsionando importantes processos no continente europeu, dentre eles, a ascensão do capitalismo. Assim, a forma política estatal vai se desenvolvendo e se reconfigurando, principalmente a partir da Revolução Industrial, das revoluções burguesas e de toda modernização capitalista que vem a reboque. Não fortuitamente, a locomotiva dessa trajetória é a Inglaterra, que ganhou pioneirismo a partir dos êxitos e conquistas do período colonial, pavimentando o caminho para o processo de industrialização. Em outras palavras, o próprio advento do capitalismo já acontece na multiplicidade do plano internacional, na relação do Império Britânico com suas colônias, e, a partir da Inglaterra, vai se espraiando, primeiramente, pela Europa, e, posteriormente, pelo mundo. O sistema de Estados vai reconfigurando-se predominantemente capitalista, moldando a pluralidade de unidades políticas fragmentadas, organizadas pela forma política estatal, em constante competição e incessante concorrência voltada à acumulação, a qual é atravessada por contradições e crises. (Osório, 2018)

Essa dinâmica não se concretiza de imediato, mas, sim, é um desdobramento permeado por conflitos, sobreposições e interseções. E o século XIX é emblemático nessa toada, pois, para além dos avanços e retrocessos na Europa, as reverberações começam a ser sentidas também na América. O início do século já é conturbado, anunciando as transformações vindouras. Os ecos da Revolução Francesa impõem à Europa a necessidade de uma reorganização, na tentativa de restaurar o passado, o velho e o antigo regime. As iniciativas fora de seu tempo histórico mostram-se malfadadas e, ao contrário do que objetivavam, aceleram ainda mais as mudanças. Por exemplo, não conseguem evitar os processos revolucionários em curso nas colônias americanas, inaugurando uma etapa de independência formal e ingresso das ex-colônias no sistema capitalista de Estados.

Assim, os países americanos vão se inserindo na dinâmica mundial como fornecedores de matérias-primas para o processo de industrialização europeu, iniciando uma nova etapa de interação e, ao mesmo tempo, de horizonte de lutas, pois se colocava a questão nas ex-colônias, do pleito pela industrialização convivendo com a produção colonial, com base na monocultura, latifúndio e mão de obra escrava. O velho e o novo em constante embate. Enquanto no continente europeu a disputa entre as potências estava ainda mais acirrada, a partir dos países capitalistas da porção ocidental e dos Impérios da porção oriental, em meio aos retrocessos das derrotas dos movimentos revolucionários de 1848. (Nimtz, 2020)

Marx e Engels, nesse momento, estão exatamente com um pé em cada realidade. Exilados pela perseguição do arcaico nos reinos alemães, testemunham o moderno em Londres e todas as suas contradições sociais, em meio ao brutal processo de colonização. Marx (2022d, p. 241), em 1860, em carta a Engels, já apontava a necessidade de olhar para os dois lados: “Do meu ponto de vista, o que há de mais grandioso acontecendo no mundo neste momento, é o movimento dos escravos- por um lado, na América, iniciado com a morte de Brown; por outro lado, na Rússia”. Do lado oriental, não apenas a ebulição interna em território russo que iria desaguar na abolição da servidão, em 1861, mas a Guerra da Crimeia e as disputas em torno do Império Otomano povoavam suas reflexões. Além de acompanhar com entusiasmo os desdobramentos das guerras de unificação italiana, a sucessão do trono dinamarquês e a questão polonesa. Ou seja, sua atenção estava voltada para a crítica à influência da pentarquia da Santa Aliança (Rússia, Prússia, Áustria, França e Inglaterra) no continente (e fora dele) que seria o bastião conservador e antirrevolucionário. (Ferreira, 2020)

Na vertente ocidental, a mirada voltava-se para a América, com ênfase nos Estados Unidos, mas sem deixar de considerar questões relevantes, como a intervenção monárquica europeia (francesa e austríaca) no México e a tentativa de recolonização pela Espanha da ilha do Haiti. No tocante aos Estados Unidos, toda a resistência escravocrata chamava a atenção para a crescente incompatibilidade dos dois sistemas sob um mesmo comando político. O Norte, atravessado pela revolução burguesa, baseado no trabalho livre, na mão de obra imigrante e na industrialização; e o Sul, com mão de obra escrava, monopólio da produção (algodoeira), ainda no escravismo colonial, no modelo agroexportador. Também um choque direto entre o arcaico e o moderno. Para além do interesse natural sobre o assunto, veio também a oportunidade de colaboração profissional em periódicos, como correspondente internacional. Dentro desse universo, destacam-se as contribuições ao estadunidense *New York Daily Tribune*, jornal de maior tiragem em todo o mundo à época, de orientação liberal à esquerda, e ao austríaco *Die Presse*, de cunho liberal e crítico aos Habsburgo. Ainda que a colaboração tenha sido interrompida em ambas as plataformas antes do término do conflito por força das circunstâncias e acirramento das tensões, tanto pelos artigos quanto pelas cartas trocadas entre Marx e Engels e entre Marx e alguns outros camaradas, é possível sistematizar e compreender suas ideias sobre o tema.

Na perspectiva marxiana (em menor medida, mas também na engelsiana), a questão da terra logo emerge como central ao impasse, uma vez que está necessariamente conectada com a escravidão colonial. Portanto, cabe agora enfatizar essa simbiose que será o caminho para desnudar os reais elementos do conflito.

## **2. A questão agrária e escravocrata na Guerra Civil dos Estados Unidos**

As treze colônias britânicas na costa do Atlântico sintetizaram as contradições, sobreposições e interposições de formas sociais dentro do escravismo colonial das Américas. Nelas percebem-se elementos da formação de uma elite burguesa interna imbuída do pensamento iluminista e protestante, oriunda da Europa, mas ainda proprietária de terras e de escravos, somando-se às oligarquias latifundiárias e defensoras convictas da escravidão. Esse caldo constitui uma força anticolonial que contou com o apoio decisivo da França para poder derrotar os britânicos e declarar a independên-

cia, bem como o conseqüente reconhecimento daquele espaço como um Estado-nação. O pioneirismo da chegada ao poder político da burguesia local passa a inspirar outros movimentos de descolonização pela América. A centralização política em torno de Washington, além do êxito militar nas guerras de independência, rompendo com o monopólio colonial, vai viabilizar as incursões e invasões a oeste, significando a expansão territorial e a ocupação de porções de terras, inclusive, de outros países, como no caso do México, que perdeu quase dois terços de seu território. Em um período de enfraquecimento do colonialismo europeu, Espanha e até a própria França, outrora aliada, foram perdendo espaço no continente. A expansão até o Oceano Pacífico marcou as décadas anteriores à guerra. (Karnal *et al.*, 2007)

De pronto, já emergia a questão do que fazer com os novos territórios, a qual estava carregada por outro aspecto que se vincula intimamente: a escravidão colonial. Nessa toada, a clivagem entre Norte e Sul vai ficando cada vez mais evidente. O Norte, constituído com base no trabalho livre de imigrantes europeus, dividida em minifúndios e voltado à industrialização, contrastava com o Sul, de mão de obra cativa africana, organizado em latifúndios, direcionados à monocultura de algodão para a exportação, principalmente para a Inglaterra. A simbólica constituição de 1787 não resolveu, apenas postergou a questão, ao instituir garantias legais para a posse de escravos (considerados propriedade de seus senhores). Desde antes da fundação do Estado nacional, já havia um intenso debate sobre o abolicionismo, permeado tanto por aspectos do racionalismo iluminista quanto por argumentos morais de grupos religiosos. Ambas as vertentes convergiam a uma emancipação gradual ou a uma abolição progressiva que respeitasse o interesse dos escravocratas, o que, na prática, era inconciliável. Assim, o assunto passou a ser tratado conforme a autonomia de cada estado, gerando uma cisão notória entre os dois sistemas econômicos.

Em geral, o que se percebe são tentativas constantes e reiteradas de acomodar interesses (irreconciliáveis) entre abolicionistas e escravistas, com concessões à escravidão, até chegar ao limite insustentável. A primeira Assembleia Constitucional de 1789-1790 proibiu por lei a escravidão nos territórios a noroeste de Ohio (sendo considerados territórios as colônias situadas nos Estados Unidos que ainda não alcançaram a população constitucionalmente prescrita para se tornarem estados autônomos). Em 1807, veio a proscricção à “imigração” de escravos oriundos de outras nações, o que foi amplamente violado, tendo o tráfico negreiro até aumentado. Não demorou para a pressão escravocrata redesenhar esses limites a partir do Compromisso do Missouri, de 1820, que permitiu o ingresso do Missouri na fileira dos Estados Unidos como estado escravagista, proibindo a escravidão em todo território remanescente ao norte do paralelo 36° 30’ e a oeste do Missouri. A tendência levou o Norte a ceder cada vez mais. Em 1850 foi promulgada a lei do escravo fugitivo, que intensificava a devolução de cativos que estavam no Norte para o Sul. A barreira geográfica cai em 1854 pela Lei de Kansas-Nebraska, revogando o compromisso anterior e deixando a cargo da soberania popular, ou seja, para a maioria dos colonos locais, a decisão de tornar-se um estado escravocrata ou não. Com isso, escravidão e liberdade foram colocadas no mesmo patamar. Ainda assim, nem todos os territórios formavam maioria em torno da escravidão. No entanto, o ímpeto escravista foi turbinado com a decisão da Suprema Corte, de 1857, no caso *Dred Scott*, que permitiu que a escravidão fosse implantada em todo e qualquer lugar da União, pois o senhor de escravo tinha o direito de deslocar-se com sua propriedade garantida constitucionalmente, instaurando, na prática e à força, a

produção escravocrata em territórios livres. A lógica também pautava a política externa que incentivou as expedições de flibusteiros a avançar pelo México e pela América Central.

Essas medidas minaram os movimentos de solo livre (*Free Soilers*), que reivindicavam aos colonos determinada parcela de terra pública ainda não explorada a oeste. Havia ainda o pleito pela proibição da escravidão nos novos estados anexados do México e da venda de terras dos assentamentos a grandes proprietários e especuladores. Toda e qualquer iniciativa nesse sentido acabou sendo derrubada institucionalmente ou pelas casas parlamentares ou vetada pela presidência, como as legislações do *Homestead Bill*, em 1854, e equivalentes que subsidiavam o cultivo da terra em minifúndios. Essas demandas e o grande movimento de contratendência viriam a ser absorvidos pela criação do Partido Republicano, surgido da luta pelo Kansas<sup>1</sup>, em 1854. Em seu programa para a eleição presidencial de 1856, com John Frémont, como candidato, as diretrizes já estavam claras: nenhum centímetro a mais dos novos estados à escravidão; fim à política externa dos flibusteiros; extinção concreta do tráfico de escravos; e promulgação das leis do solo livre, com o intuito de promover a colonização livre.

Em outras palavras, evidente estava a disputa entre dois modos de produção sobre os novos territórios. O modelo agroexportador do Sul, voltado a produtos primários, como algodão, principalmente, açúcar e tabaco, por exemplo, somente se mostra rentável, se realizado por grande quantidade de mão de obra cativa, em grandes extensões de terra, inicialmente fértil, com emprego de trabalho manual. O que contrasta diretamente com o cultivo intensivo em capital, que depende menos da fertilidade do solo e mais da organização do trabalho e da utilização de tecnologia. Apesar das intenções moderadas dos republicanos, a de confinamento territorial da escravidão, os desdobramentos foram mostrando que a sobrevivência do trabalho livre estava atrelada ao confronto e abolição da escravidão.

O ponto crucial desse programa era que a escravidão não receberia nenhum centímetro sequer dos novos territórios, mas permaneceria de uma vez por todas nos limites dos estados onde ela já existia legalmente. A escravidão deveria ser formalmente confinada; porém, a expansão territorial contínua e a propagação contínua da escravidão para além de suas antigas fronteiras é vital para os estados escravagistas do Sul. (Marx, 2022a, p. 51)

A expectativa é que o confinamento territorial levasse à extinção gradual da escravidão por atingir em cheio a lei econômica que mantinha as oligarquias do Sul proprietárias de escravos. Logo, o conflito era iminente, sendo que a vitória eleitoral dos republicanos apertaria o gatilho para a guerra.

Como se pode perceber, todo movimento residia e reside na *questão da escravidão*. Não no sentido de saber se os escravos nos estados escravistas existentes devem ser emancipados ou não, mas se os 20 milhões de homens

---

<sup>1</sup> Evento conhecido como *Bleeding Kansas* ou *Bloody Kansas*, no qual os representantes do Sul tentam forçar o ingresso do estado nas fileiras escravistas sulistas, utilizando de violência e de barbárie. A notícia chega até o Norte e comove a população que se organiza para auxiliar a resistência local, a partir do fomento de armas, equipamentos e força material. Toda a campanha fortalece alguns segmentos que vão ajudar a compor o partido criado em torno desse impulso, o Partido Republicano.

livres do Norte deveriam continuar a se subordinar a uma oligarquia de 300 mil proprietários de escravos; se o gigantesco território da República deveria se tornar um viveiro de estados livres ou de escravidão; e, por último, se a política nacional da União deveria fazer da expansão da escravidão pelas armas no México, na América Central e na América do Sul o seu lema. (Marx, 2022a, p. 53-54)

E o momento de confronto chegou até antes do esperado, com o racha no Partido Democrata no Norte que levou à vitória eleitoral do republicano Abraham Lincoln em 1860, que era a senha para a Secessão. Marx (2022a, p. 53) alertava: “A União só tinha valor para o Sul na medida em que lhe oferecia o governo federal como uma ferramenta para executar sua política escravocrata”. Assim, vieram os primeiros atos de secessão e de insubordinação que fizeram a guerra eclodir. Um olhar mais atento para o significado desse Sul político indica para a dominância de uma oligarquia de 300 mil proprietários de escravos sobre o restante majoritário das populações locais. Nesse sentido, a campanha do Sul se vale de artifícios políticos, jurídicos, morais, teológicos e até militares para justificar, disseminar e perpetuar a escravidão. Ainda assim, dado o caráter moderado e conciliador do Norte, a Secessão somente ocorreu pois a transformação dos estados fronteiriços em escravistas não parecia ser mais possível, uma vez que isso fulminaria a própria existência da União, confinando o Norte e desanequando mais de três quartos de todo o território dos Estados Unidos. Em outras palavras, nesse cenário, não haveria uma dissolução, mas a reorganização da União sob bases escravistas.

O sistema escravista empestearia toda a União. Nos estados do Norte, onde a escravidão dos negros era em geral impraticável, a classe trabalhadora branca seria rebaixada mais e mais à condição de hilotas. O que estaria inteiramente de acordo com o princípio proclamado em alto e bom som de que somente algumas raças são passíveis de liberdade e, assim como o trabalho real é o fardo do negro no Sul, no Norte seria o fardo do alemão e do irlandês, ou de sua descendência direta. (Marx, 2022b, p. 69)

O Sul, com uma capacidade militar e material muito inferior, mas com apoio político interno (de oficiais e políticos do próprio Norte) e externo (como a simpatia velada da Inglaterra, ainda que esta tenha se mantido neutra ao longo de todo conflito). O Norte tentou de todas as maneiras conduzir a guerra da forma menos traumática, o que muitas vezes se revelava em vexatória passividade, ao ponto em que precisou empregar todas as suas forças para não se perder por completo. O que fica evidente não apenas em derrotas militares emblemáticas,<sup>2</sup> mas também na tentativa de agradar os proprietários de escravos dos estados fronteiriços, adiando a emancipação dos escravos.<sup>3</sup> Em determinados momentos, pareceu, de fato, que o Sul venceria a guerra, o que

---

<sup>2</sup> Cabe apontar nesse sentido as Batalhas de *Bull Run* e de *Balls Bluff*. Em ambas as batalhas ficaram patentes que a organização e a tática do exército dos estados do Norte eram verdadeiramente deficientes.

<sup>3</sup> A Proclamação do Missouri, publicada pelo General Frémont em 30 de agosto de 1861, anunciou o confisco do patrimônio das pessoas no estado do Missouri que apoiaram a Confederação e pegaram em armas contra a União, declarando, ainda, livres os escravos a eles pertencentes. O presidente Lincoln instruiu Frémont a adotar as medidas da proclamação no que tocasse ao confisco de bens, mas que o efeito de libertação dos escravos fosse excluído (a Lei do Confisco que foi em 6 de agosto de 1861 aprovada pelo Congresso previa apenas a

foi, inclusive, objeto de discordância entre Marx e Engels, como se pode perceber pela troca de correspondências.<sup>4</sup>

O momento de inflexão é apontado por Marx (2022a) como a transição entre a fase constitucional da guerra (na qual prevaleceram tentativas institucionais de conciliação) para seu período revolucionário. Nesse interregno, uma série de medidas foram aprovadas pelo Congresso. A começar pela Lei de Terras ou *Homestead Bill*, aprovada em maio de 1862, que cedia quase gratuitamente terras públicas para colonos, imigrantes ou nativos, para cultivo. De acordo com essa lei, todo cidadão dos Estados Unidos e toda pessoa, que assim desejar se tornar um, mediante o pagamento de uma ínfima taxa de 10 dólares, poderia adquirir gratuitamente do poder público 160 acres de terra (65 hectares). A terra se tornaria uma propriedade plena do agricultor mediante o pagamento de 1,25 dólar por acre, se ele já tivesse começado a trabalhá-la no decorrer dos últimos 5 anos. Quase que simultaneamente vieram leis abolicionistas graduais focadas em âmbitos locais, como a Lei de Compensação que aboliu a escravidão na Columbia e na capital federal com a devida compensação aos antigos proprietários de escravos e iniciativas do ventre livre na Virgínia Ocidental (recém-criada e incorporada à União) e na Pensilvânia. Outro momento importante foi a lei que passou a prever a emancipação dos escravos dos sulistas que caíssem nas mãos do Exército republicano. Além da possibilidade de alistamento dos negros emancipados e seu respectivo envio à guerra. Na mesma toada, vieram o reconhecimento diplomático das repúblicas negras da Libéria e do Haiti e a celebração de um tratado com a Inglaterra que abolia o comércio de escravos. O ápice desse movimento viria com o Ato de Emancipação dos Escravos, de 1º de janeiro de 1863.

A batalha entre o Sul e o Norte, portanto, não é nada mais do que um embate entre dois sistemas sociais: o sistema escravocrata e o sistema de trabalho livre. Como esses dois sistemas não podem coexistir pacificamente no continente norte-americano, a luta estourou. E só pode terminar com o triunfo de um sobre o outro. (Marx, 2022b, p. 69)

Terra e escravidão revelam-se questões intimamente conectadas e o único caminho para a vitória na guerra pelo Norte. Muito em função disso, o governo Lincoln é empurrado para uma radicalidade que ele não tinha em seu programa inicial, o que garante sua reeleição, a abolição da escravidão e a vitória sobre o Sul, enterrando o escravismo colonial e impulsionando o capitalismo do Norte para o território como um todo. Os desdobramentos posteriores foram afetados pelo assassinato de Lincoln e toda a condução enviesada do processo de pacificação. De toda forma, é indubitável que a guerra civil tenha constituído um ponto de virada na história estadunidense, tendo pavimentado o caminho para que o país viesse a se tornar uma das principais

---

libertação daqueles escravos que foram utilizados pelos rebeldes diretamente para os fins da guerra).

<sup>4</sup> Especificamente, no final do ano de 1862, Engels (2022c, p. 286) escrevia ao camarada com péssimos prognósticos quanto ao futuro da guerra para o Norte, principalmente, enfatizando o aspecto militar. Marx (2022e, p. 287) imediatamente responde por carta remetida no dia seguinte, alertando que, a despeito dos erros, a capacidade econômica e política do Norte não o deixaria perder.

potências capitalistas mundiais (Cury, 2006; Teixeira, 1999), ainda que repleta de contradições, tendo deixado de ser um exemplo de progressismo na América para subjugar os territórios por todo o globo.

### 3. Os desdobramentos da guerra

A percepção mais difundida da época, a europeia, conferia o tom das análises sobre os mais variados prismas do conflito. A compreensão que depois se consolidou entre a América como o Novo Mundo e a Europa como o Velho atrela-se, dentre outras questões, a esses acontecimentos. Os europeus miravam o território americano e identificavam algo de novo ali, ainda que não soubessem exatamente o quê, sentimento sintetizado na afirmação de Marx (2022c, p. 223): “E não é que hoje em dia, enquanto o insignificante se pavoneia melodramaticamente deste lado do Atlântico, o significativo, de maneira completamente irrelevante, caminha por aí no Novo Mundo vestido com roupas do cotidiano?”. Para além do que já foi dito acima sobre a abolição e a questão agrária nos Estados Unidos (e seus efeitos progressistas pelo continente), aqui podemos apontar alguns fatores que vão reverberar nas mais variadas searas.

Pela perspectiva militar, o conflito foi um campo fértil. Desde a vasta extensão territorial em disputa, as alargadas linhas de operação, o efetivo numeroso e o alto custo das tropas, bem como sua condução, tática e estratégia utilizadas são elementos que conferem aos analistas, como Engels<sup>5</sup>, importantes desafios. Em constante comparação com as guerras europeias, muitas novidades se apresentavam. Há que se ressaltar que os exércitos não tinham o caráter nacional e ampliado que vieram a ter posteriormente, logo, havia todo um esforço de necessária mobilização popular. Ademais, inovações como os encouraçados inauguraram uma nova era nas batalhas navais.

Pela vertente econômica, há que se pontuar o bloqueio naval feito aos estados sulistas, que emperrou o lucrativo comércio de algodão com a Inglaterra. A interrupção das exportações minou o poderio econômico da oligarquia dos 300 mil proprietários de escravos, surtindo efeitos como um importante instrumento de pressão. Os ingleses, por sua vez, em busca de outras fontes de algodão, enfrentaram a realidade do desastre da administração colonial, sobretudo na Índia, o que não permitiu que houvesse uma reposição de algodão à altura da necessidade. A dependência do algodão sulista da maior potência industrial da época demonstra as fragilidades e déficits de alocação de recursos inerentes ao sistema capitalista.

Pelo aspecto diplomático, cabe destacar a posição da Inglaterra, antiga metrópole e com vínculos comerciais umbilicais principalmente com a produção algodoeira do Sul. Apesar do discurso antiescravista, os europeus vacilaram o tempo todo em tomar uma postura incisiva sobre o conflito. Por um lado, havia uma pressão de setores do governo e da burguesia para a entrada na guerra ao lado do Sul, o que era impulsionado pelas possíveis perdas oriundas do bloqueio do comércio de algodão. Uma ampla campanha de mentiras e manipulações foi empreendida pela mídia local no sentido de insuflar a população em favor dos sulistas. Por outro, uma importante mobilização popular dos trabalhadores em favor do Norte ou, ao menos, pela neutralidade,

---

<sup>5</sup> Vale a pena conferir a discussão realizada pelo autor alemão nos dois artigos intitulados respectivamente *A guerra na América* (Engels, 2022a) e *A Guerra Civil Americana, os encouraçados e navios-aríetes* (Engels, 2022b).

acabou prevalecendo. Uma possível entrada da Inglaterra ao lado do Sul seria decisiva em meio à correlação de forças estabelecida, visto que poderia trazer junto consigo outras potências europeias da Santa Aliança.

Pelo fator social, cumpre ressaltar que a abolição da escravidão foi um ato formal, com importantes efeitos práticos, mas que não trouxe a emancipação plena dos negros. Feita sem qualquer apoio material aos recém-libertos, colocou-os em uma situação de vulnerabilidade e carência material, que os obrigou a adentrar no sistema capitalista como trabalhadores já precarizados. Ademais, os rumos do pós-guerra os levam à subjugação material, formal e social, relegando-os à segregação. Sintomáticos são os apontamentos e preocupações tanto de Engels quanto de Marx com a situação dos negros. Percebendo que a relação entre Norte e a remanescente oligarquia sulista é cada vez mais conciliatória vaticina Engels (2022d, p. 337): “Os negros se tornarão provavelmente pequenos invasores [*squatters*], como na Jamaica. De modo que finalmente a oligarquia chegue ao fim, mas o processo que poderia se resolver de uma vez só, ainda se arrastará”. Marx (2022f, p. 340) celebra junto a Lafargue a derrota eleitoral de Johnson, apontando para a questão central: “Os trabalhadores do Norte finalmente entenderam: o trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro”. Os dois alemães já anunciavam o aspecto nuclear que iria pautar o debate social nos Estados Unidos adiante.

Em suma, a guerra civil foi tão paradigmática que influenciou os rumos de várias áreas, cuja abrangência não se limitou apenas ao território norte-americano, mas tiveram uma relevante amplitude mundial.

### **Considerações finais**

Diante do que foi exposto, é fundamental encerrar este ensaio com ponderações que não pretendem esgotar o assunto, mas, sim, pavimentar o caminho para maiores reflexões e aprofundamentos.

De pronto, fica evidente como as relações internacionais dentro do modo de produção capitalista impactam em aspectos tão centrais quanto a questão agrária e a escravidão colonial em países que outrora eram colônias europeias. Nesse sentido, o caso estadunidense é emblemático, tendo chamado a atenção dos europeus, a ponto de ter sido alvo de estudos e muitas matérias e artigos jornalísticos, sobretudo no tocante ao embate entre os dois sistemas econômicos postos em conflito entre Norte e Sul: o de trabalho livre assalariado e o de mão de obra cativa. Para muito além de quaisquer argumentos jurídicos, morais, teológicos ou políticos, o cerne foi a disputa entre capitalismo e escravismo colonial, com todos os seus desdobramentos no campo da produção. A condição de ex-colônia favoreceu essa inserção internacional dúbia, voltada em partes do território para a industrialização e em outra parcela para o setor agroexportador. De grosso modo, o imbróglio significava a tensão entre o velho e o novo, entre o arcaico e o moderno, a transição da colônia para o desenvolvimento capitalista, com a preponderância do modo de produção emergente no continente americano.

Como vimos, o fator determinante na contenda foi a questão agrária intimamente conectada com a escravidão. No entanto, o processo revolucionário que levou à vitória do Norte não foi imediato, mas, sim, gradual, sendo que as circunstâncias dos

acontecimentos e da impossibilidade de convivência dos sistemas econômicos levaram à radicalidade e às conquistas progressistas. Nesse diapasão, tanto Marx como Engels, cada qual à sua maneira e com sua ênfase específica, conseguiram fazer leituras acuradas sobre os eventos em curso, aplicando seu método e suas concepções teóricas que mais tarde ficaram ainda mais conhecidas. A abordagem sistemática dos autores permite que, para além do elemento central, nós compreendamos assuntos fundamentais que estiveram presentes ao longo de toda guerra e de seus desdobramentos.

Desse modo, resta alertar ao leitor da importância do tema e da visão dos pensadores alemães sobre ele para um debate mais profícuo e avançado.

## Referências

- CURY, Vânia. “A industrialização dos Estados Unidos na perspectiva de Alfred D. Chandler, 1850-1914”. In: CURY, Vânia. *História da industrialização no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006, p. 95-136.
- ENGELS, Friedrich. “A guerra na América”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Guerra Civil dos Estados Unidos*. São Paulo: Boitempo, 2022a, p. 177-181.
- ENGELS, Friedrich. “A Guerra Civil Americana, os encouraçados e navios-aríetes”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Guerra Civil dos Estados Unidos*. São Paulo: Boitempo, 2022b, p. 207-209.
- ENGELS, Friedrich. “26. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres). Manchester, terça-feira, 9 de setembro de 1862”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Guerra Civil dos Estados Unidos*. São Paulo: Boitempo, 2022c, p. 286.
- ENGELS, Friedrich. “64. Friedrich Engels a Karl Marx (Londres). Manchester, sábado, 15 de julho de 1865”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Guerra Civil dos Estados Unidos*. São Paulo: Boitempo, 2022d, p. 337-338.
- FERREIRA, Muniz. “Marx, Engels e o sistema de poder mundial no século XIX”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Escritos sobre a Guerra Civil Americana*. Londrina/São Paulo: Aetia Editorial/Peleja, 2020, p. 309-328.
- KARNAL, Leandro; MORAIS, Marcus Vinícius; FERNANDES, Luiz Estevam; PURDY, Sean. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MARX, Karl. “A Guerra Civil Norte-Americana”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Guerra Civil dos Estados Unidos*. São Paulo: Boitempo, 2022a, p. 43-54.
- MARX, Karl. “A Guerra Civil nos Estados Unidos”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Guerra Civil dos Estados Unidos*. São Paulo: Boitempo, 2022b, p. 63-71.
- MARX, Karl. “Sobre os acontecimentos na América do Norte”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Guerra Civil dos Estados Unidos*. São Paulo: Boitempo, 2022c, p. 221-223.
- MARX, Karl. “1. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester). Londres, não antes de quarta-feira, dia 11 de janeiro de 1860”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Guerra Civil dos Estados Unidos*. São Paulo: Boitempo, 2022d, p. 241.
- MARX, Karl. “27. Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester). Londres, quarta-feira, dia 10 de setembro de 1862”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Guerra Civil dos Estados Unidos*. São Paulo: Boitempo, 2022e, p. 287.
- MARX, Karl. “66. Karl Marx a François Lafargue (Bordeaux). Londres, segunda-feira, 12 de novembro de 1866”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Guerra Civil dos Estados Unidos*. São Paulo: Boitempo, 2022f, p. 340.
- NIMTZ, August. “Marx e Engels sobre a Guerra Civil dos Estados Unidos: a ‘concepção materialista de história’ em ação”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Escritos sobre a Guerra Civil Americana*. Londrina/São Paulo: Aetia Editorial/Peleja, 2020, p. 9-35.
- OSÓRIO, Luiz Felipe. *Imperialismo, Estado e relações internacionais*. São Paulo: Idéias & Letras, 2018.

TEIXEIRA, Aloísio. “Estados Unidos; a ‘curta marcha’ para a hegemonia”. *In*: FIORI, José Luis (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 155-190.

Recebido em 15 de maio de 2024  
Aprovado em 06 de novembro de 2024